

# **O DÉFICIT EDUCACIONAL E A EXCLUSÃO TECNOLÓGICA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.**

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo discutir os reflexos da evolução tecnológica sobre o mundo do trabalho e a necessidade crescente de qualificação e por outro lado, analisar o enorme déficit educacional existente entre jovens e adultos no Brasil. O país possui atualmente um contingente de 11,8 milhões de pessoas em condições de analfabetismo segundo o IBGE, que corresponde a 7,2% da população com mais de 15 anos e cerca de 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos estão fora da escola no Brasil. Atualmente, existe um contingente de 11,8 milhões de pessoas em condições de analfabetismo segundo o IBGE, que corresponde a 7,2% da população com mais de 15 anos e cerca de 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos estão fora da escola no Brasil. Diante das intensas mudanças tecnológicas, a sociedade pressupõe um perfil de indivíduos mais participativos, que acompanhem as tendências e tenham facilidade para absorver novos procedimentos, de forma que a educação e a cultura, entendendo esta como um compartilhamento do conhecimento acumulado de um determinado país ou região, sejam fundamentais para se obter este objetivo.

**Palavras-chave:** Analfabetismo. Educação de Jovens e adultos. Tecnologia. Empregabilidade.

# **THE EDUCATIONAL DEFICIT AND TECHNOLOGICAL EXCLUSION IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET**

## **ABSTRACT**

The present work has as objective to discuss the reflexes of the technological evolution on the world of work and the increasing necessity of qualification and on the other hand, to analyze the enormous educational deficit existing between young people and adults in Brazil. The country has a contingent of 11.8 million illiterate people according to the IBGE, which corresponds to 7.2% of the population aged over 15 and about 24.8 million people between the ages of 14 and 29 are out of the school in Brazil. Currently, there is a contingent of 11.8 million illiterate people according to the IBGE, which corresponds to 7.2% of the population aged over 15 and about 24.8 million people between the ages of 14 and 29 are of the school in Brazil. Faced with the intense technological changes, society presupposes a profile of more participative individuals, who accompany the tendencies and have an easy way to absorb new procedures, so that education and culture, understanding this as a sharing of accumulated knowledge of a given country or region are key to achieving this goal.

**Keywords:** Illiteracy. Youth and adult education. Technology. Employability.

## 1 - INTRODUÇÃO

O processo de Alfabetização está relacionado ao desenvolvimento e absorção da escrita, que possibilita ao aluno ler e escrever. O processo de ler e a escrever é muito mais que adquirir habilidades básicas, é fundamentalmente construir, obter e atribuir sentido e significado à aprendizagem. A sociedade atual, que possui um elevado grau de automação, tanto da produção como dos sistemas integrados de gestão e processamento, substituiu o trabalho manual e repetitivo com muita eficiência, exigindo assim do trabalhador mais do que ler e escrever, mas identificar e interagir com sistemas dos mais simples aos complexos, sendo necessário a busca de novos saberes e competências para integrar-se as novas tecnologias.

O Brasil possui setores com elevado índice de tecnologia, como por exemplo o agronegócio, a produção de aviões pela Embraer, prospecção de petróleo pela Petrobrás, por outro lado, possui setores que utilizam pouca tecnologia e demanda uma quantidade maior de mão de obra, como a construção civil, que emprega muito, porém com baixos salários.

Nesse artigo, vamos avaliar inicialmente as estratégias do Ministério da Educação – MEC para atenuar esse déficit educacional existente entre jovens e adultos e as metas intermediárias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) em relação à alfabetização da população com 15 anos ou mais, que deveria estar em torno de 6,5% até 2015, o que de fato não aconteceu. A Lei diz também que em 2024 o analfabetismo deve estar erradicado do país, e, provavelmente, essa meta não será alcançada. Num segundo momento, vamos analisar os impactos da tecnologia no mercado de trabalho e a necessidade crescente de mão de obra qualificada, criando no caso brasileiro, um paradoxo: com inserir jovens e adultos sem a formação adequada no mercado de trabalho, altamente seletivo e excludente?

O momento atual é pautado pelo uso crescente da tecnologia, envolvendo novos modelos de negócio, na era da indústria 4.0, ou seja, a quarta revolução tecnológica, caracterizada por sistemas ciber-físicos e interativos de produção, e, conseqüentemente exige qualificação adequada para interagir no processo; a situação torna-se mais alarmante quando constatamos no Brasil existe um contingente de 11,8 milhões de pessoas em condições de analfabetismo segundo o IBGE, que corresponde a 7,2% da população com mais de 15 anos e cerca de 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos estão fora da escola no Brasil. O motivo principal para o afastamento das salas de aula foi o trabalho, citado por 41% dos jovens.

## **2 - METODOLOGIA**

A presente pesquisa, para ser desenvolvida, adotou como base o levantamento bibliográfico, procurando identificar os principais estudos e dados estatísticos existentes para dar sustentação teórica e argumentativa ao trabalho.

Esta análise admite tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas, pois não são mutuamente excludentes, elas podem ser utilizadas de forma complementar. Presta-se tanto aos fins exploratórios quanto ao de verificação, confirmando ou não hipóteses ou suposições preestabelecidas. A análise de conteúdo é composta por três etapas: a) a análise preliminar, b) a exploração do material, c) tratamento dos dados e interpretação (VERGARA, 2010).

## **3- REFERENCIAL TEÓRICO**

O impacto da tecnologia na sociedade é imenso, gerando mudanças nos aspectos educacional, profissional, financeiro, etc. de forma que a simples “alfabetização” das pessoas não é suficiente, mas pressupõe também por parte do indivíduo uma postura mais dinâmica e interativa em todas as práticas sociais. Sendo assim, vamos discutir as questões relacionadas as exigências do mercado de trabalho diante do elevado analfabetismo no Brasil.

Como reduzir o analfabetismo, não só da escrita e da leitura, mas o analfabetismo funcional, que reflete a dificuldade em compreender textos e operações matemáticas elementares, cada vez mais necessárias na sociedade atual, inclusive identificado em larga escala em alunos que frequentam o ensino superior??? A educação, a cultura, o conhecimento são instrumentos fundamentais para a evolução do ser humano, principalmente num momento em que os processos se tornam mais complexos e a tecnologia é utilizada de forma crescente nas tarefas diárias, tanto nas empresas como em nossas vidas particulares.

### **3.1 ALFABETIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

De uma forma geral, podemos identificar que existem duas formas básicas de educação: a formal ou sistematizada e a não-formal ou não sistematizada (Maia, 2002). A primeira é representada pela escola, instituição que surge quando o volume da cultura é tal que torna impossível sua divisão igual por todos os membros do grupo. Por outro lado, temos outro tipo de educação, sem elementos individualizados, como currículos, programas, horários, etc., mas envolvem o indivíduo desde o nascimento, possibilitando formas básicas de comunicação: padrões de comportamento, modelos éticos, crenças, etc.

Enquanto a educação formal é fundamental para a aquisição de informações indispensáveis à inserção produtiva do indivíduo na sociedade, a educação informal está relacionada com a formação moral do homem (Maia, 2002).

A sociedade atual, requer indivíduos que não possuam apenas a educação escolar, mas uma educação mais ampla, que envolve a abarque a evolução cultural da sociedade. A mudança social decorrente das revoluções tecnológicas e dos impactos em todos os ramos da sociedade, exigem a constante solução de problemas, adaptação à novos modelos de gestão, comportamento e de produção de bens e serviços.

Trata-se de um grande desafio, pois como vamos conciliar o ritmo frenético do avanço tecnológico em algumas situações com uma cultura tradicional, avessa à novos paradigmas e padrões de comportamento. Quando se trata de jovens e adultos, principalmente estes últimos, os contornos tornam-se ainda mais preocupantes.

Desde o início do processo de escolarização no Brasil, o foco era na instrução das crianças. Essa premissa começa a mudar a partir do início do processo de industrialização e aceleração da urbanização no país, uma vez, comparando com a situação de outros países, os índices de analfabetismo eram altos e o nível de escolarização precário.

Concomitante à evolução do processo de industrialização, surgiram os movimentos de educadores e da população em busca do direito à educação, a melhoria da qualidade de ensino e a ampliação do número de escolas e da oferta de ensino.

Segundo Nascimento (2011), a Educação de Jovens e Adultos no Brasil iniciou-se tardiamente, essa modalidade de ensino nunca foi preocupação para os governantes e dirigentes do país. No entanto, é a partir da segunda metade do século XX que surge o pensamento pedagógico e vão se configurando políticas públicas para a Educação de jovens e Adultos (EJA).

Esses movimentos se configuraram como instrumentos importantes para exigir e cobrar do Estado à responsabilização pela educação do país. Assim, é no contexto das transformações políticas, econômicas e sociais que surgem condições favoráveis a implantação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

Com a criação da UNESCO, logo após o período da 2ª Guerra Mundial, o movimento a favor da EJA ganha destaque internacional, pois denunciava as profundas desigualdades existentes entre países e regiões e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações categorizadas como subdesenvolvidas.

Em resposta aos movimentos populares e as deliberações da UNESCO, o Estado aumenta as suas atribuições e responsabilidades para com a Educação de Jovens e Adultos, constituindo uma estratégia para acabar com os movimentos e as reivindicações populares, aumentar as qualificações mínimas para o trabalho (o que correspondia e beneficiava os projetos nacionais de desenvolvimento propostos pelo governo federal), bem como passava ser condição para que o Brasil se configurasse como nação desenvolvida (HADDAD e PIERRO, 2000, apud Nascimento, 2011).

No entanto, os resultados das primeiras formas de efetivação dessa modalidade de ensino não foram positivos. A Educação de Jovens e Adultos era uma reprodução da escola primária infantil. O adulto era visto como um ser ignorante e imaturo e era tratado da mesma forma que as crianças da escola primária, assim como o conteúdo referente à educação primária era transmitido da mesma forma.

No final dos anos 1950, Paulo Freire propunha uma nova pedagogia, que levava em conta a vivência e a realidade do educando, que deveria ser um participante ativo no processo de educação. Apesar de estar encarregado de desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, em função da implantação do golpe militar de 1964, Paulo Freire foi exilado e um programa assistencialista e conservador substituiu o EJA: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Seu objetivo era apenas a alfabetização funcional – sem apropriação da leitura e da escrita – de pessoas de 15 a 30 anos (Cruz, 2012).

No entanto, o programa não contou com o apoio e participação dos educadores e de grande parte da sociedade. Como não obteve resultados satisfatórios na melhoria do processo de alfabetização, surge então um novo programa de alfabetização de jovens e adultos, visando suprir o analfabetismo. Assim, com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5692/71 foi regulamentado o ensino supletivo.

Os movimentos populares foram reprimidos e os programas em prol da Educação de Jovens e Adultos, desarticulados. Com essa ruptura política perde-se muita das conquistas realizadas no campo da EJA.

A educação de adultos das classes pobres sempre foi vista pela classe dominante como desnecessária e até “prejudicial” à felicidade desses trabalhadores. Na verdade, o que se escondia por trás dessa ideia é que a educação seria subversiva e poderia criar indivíduos perigosos: capazes de entender seu papel enquanto cidadãos, questionadores, insubordinados, “inimigos da sociedade” estabelecida (Cruz, 2012).

A LDB de 1971, limitava o dever do Estado em oferecer ensino a crianças de 7 a 14 anos, porém reconhecia a educação de adultos como direito de cidadania. Em 1974, foi implantado o CES (Centro de Estudos Supletivos), que dava oportunidade de uma certificação rápida, mas superficial, com um ensino tecnicista e autoinstrucional. A década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da alfabetização de adultos. Em 1988, a Constituição passou a garantir o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório para todos.

Durante a gestão do professor Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, foram criados alguns programas de alfabetização de jovens e adultos que buscavam resgatar experiências anteriores ao Golpe Militar. Entre esses programas, o Movimento de Educação de Adultos (MOVA) ganhou destaque e teve grande repercussão em todo o país: “o modelo implementado ao envolver entidades e movimentos sociais acabou por fortalecer no âmbito da sociedade civil a demanda por EJA e experiências educacionais” (Haddad, 2007, p.13, apud Nascimento, 2011).

O Governo de Lula criou o programa Brasil Alfabetizado, para suprir com as necessidades de alfabetização do país. Em 2006, o Ministério da Educação, aprovou a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando então, todas as modalidades de ensino, inclusive a Educação de Jovens e Adultos, a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação (Nascimento, 2011).

## O PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e ou na idade apropriada (Pacievitch, Site Brasil Escola, 2018).

Segundo a LDB, em seu artigo 38º, “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. No mesmo artigo, é definida a idade mínima para a realização dos exames: maiores de 15 anos podem prestar exames para a conclusão do Ensino Fundamental enquanto maiores de 18 anos podem prestar exames para a conclusão do Ensino Médio. Adolescentes com idades inferiores as estabelecidas acima devem frequentar as escolas regulares. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental foram publicadas em três segmentos e estão disponíveis no site do MEC. Já o currículo para o EJA no Ensino Médio utiliza como referência a Base Nacional Comum.

O Art. 37 da LDB prevê que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”; dessa forma, e se realmente acontecesse o que está previsto em lei, teríamos muito mais jovens nas escolas. O jovem quer trabalhar, mas faltam qualificação e oportunidades, principalmente a de concluir a Educação Básica e ter parcial domínio das novas tecnologias.

De uma forma geral, as pessoas que se formam nessa modalidade de educação, assim como as formadas pelo ensino regular, podem apresentar desempenho satisfatório no mercado de trabalho, assim como na continuidade dos estudos, inclusive no Ensino Superior.

O Brasil não conseguiu alcançar uma das metas intermediárias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) em relação à alfabetização da população com 15 anos ou mais também os indicadores dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, que foi fixado para 2015. A meta 9 do PNE determinava a redução do analfabetismo a 6,5% até 2015, o que não aconteceu.

A Lei diz ainda que em 2024 o analfabetismo deve estar erradicado do país. Atualmente, existe um contingente de 11,8 milhões de pessoas em condições de analfabetismo segundo o IBGE, que corresponde a 7,2% da população com mais de 15 anos e cerca de 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos estão fora da escola no Brasil.

### **3.2 - A EXPANSÃO DA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL E A NECESSIDADE CRESCENTE DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA**

Um dos principais problemas dos países subdesenvolvidos ou atualmente denominados como “emergentes” é o analfabetismo. A luta para reduzi-lo é antiga e os resultados no Brasil é incipiente.

Segundo definição da UNESCO, “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade” (Pacievitch, Site Brasil Escola, 2018).

O conceito de analfabetismo funcional está relacionado a incapacidade que algumas pessoas possuem de compreender um texto que acabaram de ler, ou seja, quando, mesmo sabendo

sabendo ler e escrever, essas pessoas apresentam incapacidade para interpretar o texto que lhes foi apresentado. Este tipo de analfabetismo é bastante comum, notadamente nos países de baixa escolaridade ou a qualidade da educação não é suficiente para proporcionar o desenvolvimento do indivíduo.

Atualmente a sociedade está experimentando uma nova forma de analfabetismo, chamado de analfabetismo digital. Este tipo de carência está relacionado com a falta de conhecimento necessário para utilizar computadores pessoais, celulares e agendas eletrônicas e dominar os sistemas que operam estas máquinas como, por exemplo, navegar na rede mundial de computadores (Pacievitch, Site Brasil Escola, 2018).

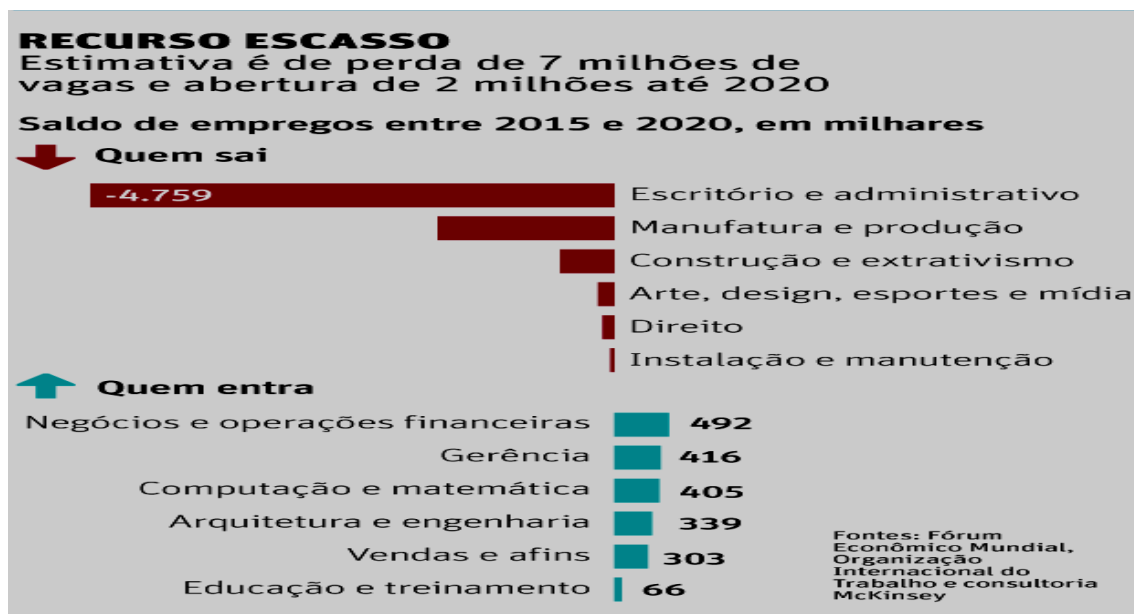
Vários estudos apontam a alfabetização / educação como sendo um dos fatores chave para resolver um dos problemas mais urgentes da sociedade, que é proporcionar a realização plena do indivíduo e conseqüentemente o desenvolvimento das nações.

A educação constitui uma ferramenta fundamental para combater a pobreza e a desigualdade, elevar os níveis de saúde e bem estar social, criar as bases para um desenvolvimento econômico sustentável e a manutenção de uma democracia duradoura. Por este motivo a educação foi incluída na lista dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, que fixou para 2015 a data limite para alcançar 100% de educação primária.

O relatório, produzido em conjunto pelo Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) e pelo CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina, aponta que essa desaceleração econômica prolongada poderia colocar em risco o progresso socioeconômico do continente. Sete milhões de latino-americanos ficaram pobres em 2015, e entre 25 e 30 milhões de latino-americanos em situação vulnerável correm o risco de voltar à pobreza nos próximos dois anos. Embora estes resultados não estejam dissociados da conjuntura econômica mundial, eles também têm suas próprias dinâmicas nacionais e regionais (CEPAL, 2016). As três organizações mencionadas recomendam investir na juventude através de uma melhor educação, do aprimoramento das habilidades e de oportunidades de empreendimento para incentivar o crescimento econômico e construir uma base sólida para o progresso no longo prazo.

Os jovens adultos representam um quarto da população da América Latina. A capacidade de aproveitar esse contingente demográfico de 163 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos é crucial. Permitir que os jovens, possam cumprir o seu potencial é o melhor investimento para o futuro da América Latina. Em um contexto de aumento da matrícula escolar, capacitar os jovens que estão ansiosos para trabalhar assegurando que os seus talentos correspondam com as demandas e estruturas do mercado de trabalho é uma maneira inteligente de criar um crescimento inclusivo.

O Relatório mostra como os componentes social, étnico, geográfico e de gênero impactam os rumos das pessoas ao longo de suas vidas. Cerca de 30 milhões de jovens na região da América Latina e do Caribe não estão trabalhando nem estudando ou em formação (os chamados NEETs, por sua sigla em inglês), o que representa 21% das pessoas nessa faixa etária em comparação com 15% nos países da OCDE. Outros 19% dos jovens atuam em empregos informais.



Fonte: Jornal Folha de SP, 21/01/2018

O quadro acima demonstra a redução do número de vagas, como a área administrativa, manufatura, produção, manutenção, entre outras, enquanto áreas como computação e matemática, educação e treinamento, negócios e operações financeiras, possuem aumento de demanda. Tal fato, refere-se ao avanço tecnológico, onde softwares substituem muitas tarefas

exercidas pelo homem, enquanto novos modelos de negócio, armazenamento de informações e novos serviços são criados, acompanhando as novas tendências.

Embora a educação no Brasil e na América Latina tenha melhorado significativamente na última década, poucos estudantes alcançam altos níveis educacionais para ser tão produtivos quanto poderiam ser na idade adulta. Dois de cada três jovens latino-americanos não estão capacitados para atender às necessidades do mercado de trabalho que exigem sofisticadas habilidades técnicas, profissionais e gerenciais.

As políticas públicas devem concentrar os esforços na identificação de alunos com baixo desempenho, melhorando a transição para níveis mais altos de educação e fortalecendo a formação e o treinamento na área técnica. Programas de treinamento deveriam combinar o aprendizado da sala de aula e do mundo laboral visando a transição para empregos formais (CEPAL, 2016).

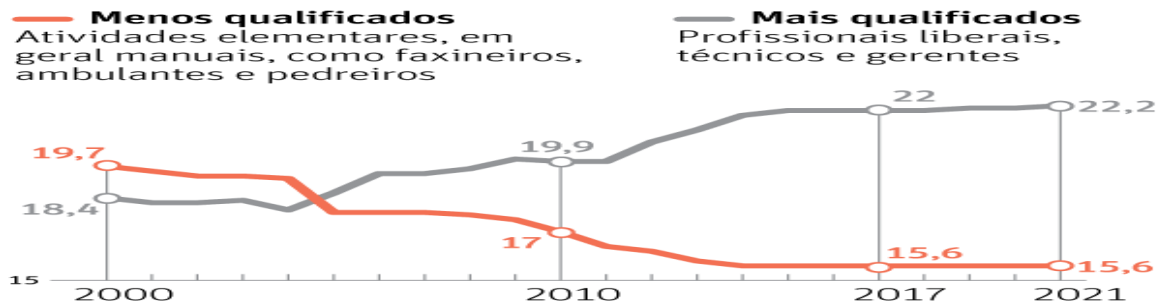
Neste contexto, 26% dos jovens empreendedores se voltam para o empreendedorismo por necessidade, por não terem melhores opções de trabalho, em comparação com 16% nos países da OCDE. Os obstáculos ao empreendedorismo são 59% mais elevados na América Latina do que na média da OCDE.

A integração dos jovens empreendedores da América Latina em cadeias globais de valor ainda é limitada. Eles enfrentam desafios no acesso ao financiamento, na melhoria da capacitação, no desenvolvimento de redes de negócios e de uma cultura empreendedora, no acesso a novos mercados e para superar barreiras regulatórias.

O Relatório da CEPAL recomenda a adoção de políticas multidimensionais, como a complementação de microcréditos com baixas barreiras regulatórias, a integração de jovens empreendedores em redes de negócios, e a expansão de treinamentos gerenciais e financeiros. É primordial apoiar o acesso a serviços de banda larga, melhorar infraestruturas e a acessibilidade de novos produtos para ajudar os jovens a tirar um maior proveito da economia digital.

## DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO NO BRASIL

Por tipo de trabalho, em %



No Brasil, a tendência de redução das vagas de menor qualificação e aumento das que exigem mais já ocorre e deve se intensificar

**6 em cada 10** trabalhos podem ter mais de 30% de suas atividades automatizadas atualmente

**400 mi a 800 mi** de pessoas podem ser afetadas pela automação no mundo inteiro até 2030

**15,7 milhões** são brasileiros

> Essas mudanças tendem a aumentar a flexibilidade do mercado, com crescimento do trabalho autônomo ou independente

Fontes: Fórum Econômico Mundial, Organização Internacional do Trabalho e consultoria McKinsey

Fonte: Jornal Folha de SP, 21/01/2018

No Brasil, conforme gráfico acima, observa-se no período de 2000 até o período atual, a redução crescente do número de vagas de menor qualificação, tendência que se acentua com a adoção de novas tecnologias na economia, conforme a projeção acima. Na contramão do processo, temos a ampliação do número de vagas que exigem maior qualificação e diversificação, proporcionando oportunidades para pessoas que consigam manipular as novas tecnologias e sistemas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é um direito garantido na Constituição Federal e constitui um imperativo categórico para que o cidadão possa participar dos aspectos básicos da sociedade: ler livros, escrever, utilizar um computador, celular, ler e entender um manual de instrução uma máquina ou equipamento, enfim, interagir com o seu em torno.

O analfabetismo funcional e o digital crescem na medida em que a tecnologia expande seus horizontes e cada vez mais é aplicada em nossa rotina: sistemas integrados, computadores, celulares, nas escolas e nas atividades profissionais. A concorrência observada em escala mundial, faz com que as empresas invistam maciçamente em tecnologia para melhorar a sua eficiência e competitividade. Apesar dos benefícios e facilidades que a tecnologia nos

proporciona, é inegável o efeito redutor de mão-de-obra nos processos produtivos, exigindo maior qualificação do trabalhador para adaptar-se as novas rotinas.

Aqueles que não são alfabetizados ou o são sem a devida qualidade, ficam excluídos do sistema, reduzindo as chances de empregabilidade, ou acabam assumindo funções com baixa remuneração e eficiência. O Brasil possui um déficit educacional enorme, fenômeno observado também nos países da América Latina, principalmente se compararmos com os indicadores educacionais da OCDE e da América do Norte. O país não conseguiu alcançar uma das metas intermediárias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, que foi fixado para 2015.

Várias políticas foram implementadas com maior ou menor sucesso, como o MOBRAL, o Supletivo, MOVA, EJA, entre outros. Alguns foram decorrentes da mobilização social na busca de maior participação política e melhoria das condições de vida, outros, outros simplesmente para dar uma resposta insatisfatória as exigências do mercado de trabalho.

A fato é que a educação tradicional não atende as necessidades de uma sociedade pautada em novas tecnologias, jovens e adultos que são excluídos do sistema tradicional sofrem ainda mais, pois além da leitura, são analfabetos funcionais e digitais.

Os alunos integrantes da EJA retornaram às instituições escolares não só em busca de um certificado ou diploma. Esperam muito mais do que ler e escrever, eles pretendem continuar os estudos e utilizá-los para sua formação crítica e social. Enxergam a escola como uma chance, uma oportunidade para um futuro melhor.

As políticas voltadas à implementação e a práticas da Educação de Jovens e Adultos precisam ser pensadas não só de modo a possibilitar treinamento e certificação dos adultos analfabetos, mas sim oferecer a essas pessoas a chance de obter formação integral. Para tanto, a capacitação do professor é de fundamental importância. É preciso, então, investir na qualificação de docentes que trabalhem com Educação de Jovens e Adultos, evitando que eles reproduzam em suas aulas os métodos usados com alunos do curso tradicional.

O objetivo da Educação de Jovens e Adultos, diferentemente de outras políticas de alfabetização de adultos, não deve ser apenas a certificação ou o treinamento para o mercado de trabalho; deve, sim, oferecer formação profissional continuada. Deve ter significação maior, possibilitar uma formação geral do indivíduo, dando a ele o direito de entender e intervir na sociedade na qual está inserido, o direito de tornar-se cidadão. Deve também

possibilitar o desenvolvimento de talentos. Para Freire (1979), esta é uma das funções da educação dirigida a jovens e adultos; ela humaniza o homem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP, nº 05 de 13 de dezembro de 2005*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf). Acesso em 22 de maio 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 29 de maio de 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CEPAL, Perspectivas Econômicas da América Latina 2017, Santiago, Chile, 2016.

Folha de SP, Automação vai mudar a carreira de 16 milhões de brasileiros até 2030 (Caderno de Economia, 21/01/18),

FONSECA, Solange Gomes da. Uma viagem ao perfil e a identidade dos alunos e do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Pedagogia Online*. 2010. Disponível em: [http://www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrID=1234#.VjNH\\_NKrTMz](http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1234#.VjNH_NKrTMz). Acesso em 25 maio de 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da liberdade — uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

MAIA, Nelly Aleotti, Educação e Cultura: Sinônimos ou Sistemas em Interação?, *Da Cultura*, ano II, n. 3, jan-jun 2002.

NASCIMENTO, Juliane do, A Educação ao de Jovens e Adultos no Brasil: a problemática da Alfabetização no país, X Congresso Nacional de Educação – Educere, PUC/PR, 7 a 10 de novembro de 2011.

PACIEVITCH, Thais, Educação de Jovens e Adultos, Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/de-jovens-e-adultos/Educação de Jovens e Adultos>. Acesso em 06/05/2018.

PACIEVITCH, Thais, Analfabetismo, Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/analfabetismo/Acesso em 06/03/2018>.

VERGARA, S. C. *Métodos de Pesquisa em Administração*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TREVISAN, Leonardo, *Educação e Trabalho: as receitas inglesas na era da instabilidade*, São Paulo, Senac, São Paulo, 2001.